

Cadernos Teologia Pública



TEOLOGIA PÚBLICA E PRÁXIS PASTORAL: CONSIDERAÇÕES EM VISTA DE UMA PASTORAL PÚBLICA

Luis Carlos Dalla Rosa

ISSN 1807-0590 (impresso) • ISSN 2446-7650 (Online)
ano XVII • número 144 • volume 17 • 2020

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



 UNISINOS

TEOLOGIA PÚBLICA E PRÁXIS PASTORAL: CONSIDERAÇÕES EM VISTA DE UMA PASTORAL PÚBLICA

Prof. Dr. Luis Carlos Dalla Rosa

Doutor e pós-doutor em Teologia pela Faculdade EST, de São Leopoldo,
com estágio pós-doutoral na Princeton Theological Seminary, EUA

Cadernos Teologia Pública é uma publicação impressa e digital quinzenal do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: *Marcelo Fernandes de Aquino, SJ*

Vice-reitor: *Pedro Gilberto Gomes, SJ*

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: *Inácio Neutzling, SJ*

Diretor Adjunto: *Lucas Henrique da Luz*

Gerente administrativo: *Nestor Pilz*

www.ihu.unisinos.br

Cadernos Teologia Pública

Ano XVII – Vol. 17 – Nº 144 – 2020

ISSN 1807-0590 (impresso)

ISSN 2446-7650 (Online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling

Conselho editorial: MS Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Bel Guilherme Tehner; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Profa. Dra. Ana Maria Formoso, Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, doutora em Educação; Prof. Dr. Christoph Theobald, Faculdade Jesuítia de Paris-Centre Sèvres, doutor em Teologia; Prof. Dr. Faustino Teixeira, UFJF-MG, doutor em Teologia; Prof. Dr. Felix Wilfred, Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia; Prof. Dr. Jose Maria Vigil, Associação Eclética de Teólogos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação; Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, Unisinos, doutor em Teologia; Prof. Dr. Luiz Carlos Susin, PU-CRS, doutor em Teologia; Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen, CES/ITASA-MG, doutora em Teologia; Prof. Dr. Peter Phan, Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia; Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner, ETRS, doutor em Teologia.

Responsáveis técnicos: Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Bel Guilherme Tenher.

Revisão: Carla Bigliardi

Imagem da capa: Patrícia Kunrath Silva

Editoração: Ricardo Machado

Impressão: Impressos Portão

Cadernos teologia pública / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2004) – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004. – v.

Irregular, 2004-2013; Quinzenal (durante o ano letivo), 2014.

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>>.

Descrição baseada em: Ano 11, n. 84 (2014); última edição consultada: Ano 11, n. 83 (2014). ISSN 1807-0590

1. Teologia 2. Religião. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 2

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos Teologia Pública: Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

TEOLOGIA PÚBLICA E PRÁXIS PASTORAL: CONSIDERAÇÕES EM VISTA DE UMA PASTORAL PÚBLICA

Luis Carlos Dalla Rosa

Doutor e pós-doutor em Teologia pela Faculdades EST, de São Leopoldo,
com estágio pós-doutoral na Princeton Theological Seminary, EUA

Introdução

A pastoral deve ser uma prática evangelizadora, orgânica e comunitária da própria fé. Ajudar os outros a crer naquele em quem eu creio. Praticar a fé evangelicamente.¹

Com as palavras de Dom Pedro Casaldáliga, em epígrafe, apontamos o fio condutor da discussão que se segue, em torno da vivência pastoral, na interface com a teologia pública. Com efeito, muitas são as pessoas que desejam viver à maneira de Jesus de Nazaré. Este é o sentido da fé que move o itinerário espiritual de uma comunidade que crê no Deus da vida. Esta comunidade não deseja apenas viver sua experiência de fé, pois quer lhe dar a conhecer, noticiar a boa nova. Entendemos ser esta uma pretensão legítima, porque a mensagem da boa nova se abre a todas as pessoas. Trata-se de uma palavra que tem relevância também para o mundo de hoje, na construção do bem comum,

1 Casaldáliga, 2007, p. 250.

a partir de um mundo, o mundo da vida, que perfaz o que Jürgen Habermas chama de “esfera pública, composta por uma pluralidade de vozes”, dentre as quais a voz da religião é também parte.² De forma mais precisa, na linha adotada por Eneida Jacobsen, pensamos que “a esfera pública constitui um espaço de interação política: por meio desse espaço, a sociedade discute temas de seu interesse, rumo à solução de problemas comuns”.³ Como a práxis pastoral contribui ou impacta nessa interação, é a questão que ocupa as páginas a seguir, considerando a interface com a teologia pública.

Com efeito, na observação de Jürgen Moltmann, essa implicação pública supõe que, “nas questões da vida, da terra e da justiça, os cristãos não sabem mais do que as pessoas secularizadas ou as pessoas das outras religiões, mas os cristãos têm de fazer jus à esperança de Deus e ao ensinamento de Cristo”.⁴ A pastoral, na medida em que se refere a uma experiência de fé, reporta também um itinerário teologal que, dependendo da ênfase, pode ser entendida como teologia pastoral (perspectiva ad intra), que diz respeito à forma de a igreja atuar no mundo a partir de

seu contexto interno, organização, metodologia..., ou teologia prática (ad extra), que considera a ação no mundo, na vida cotidiana, para além dos muros eclesiais.⁵ Não obstante, independentemente dessa nuance conceitual, entendemos que toda pastoral tem repercussão na sociedade. Nas palavras de Kathlen Oliveira, “toda pessoa com uma confessionalidade está inserida numa sociedade, num sistema político. Decisões públicas podem afetar as pessoas, sem considerar (ou devido a) sua crença, sua situação social, seu gênero, sua etnia”.⁶

Daí o sentido do debate que propomos, o qual se desdobra em três momentos. A primeira parte retoma a concepção de teologia pública, com um panorama do itinerário conceitual, mas que tem como fio condutor a obra *Teologia pública em debate* (2011), organizada por

2 HABERMAS, 2004, p. 146.

3 JACOBSEN, 2014, p. 122.

4 MOLTSMANN, 2012, p. 10.

5 Cf. SILVA, 2018, p. 5. “Paradoxalmente, da quase simbiose entre ambas, nasce o ‘desdobramento’ da segunda [teologia prática – TPr] pela primeira [Teologia pastoral – TPas]. Marcadas por um ponto comum, a centralidade da prática/ação em seu fazer teológico, se distanciam pelas diferentes formas com que a trabalham: a TPas marcada por ser uma perspectiva ad-intra e a TPr por uma perspectiva ad-extra. Se a primeira prima pela prática da Igreja no mundo, sua organização, métodos, contextos, essa não deixa de tocar a essência da segunda que é a consideração das práticas no mundo além das práticas da própria Igreja”.

6 OLIVEIRA, 2011, p. 31.

Ronaldo Cavalcante e Rudolf von Sinner, que “entende a teologia, precisamente a cristã, inicialmente como produto da experiência subjetiva humana da fé a partir de um patrimônio histórico vivenciado”.⁷ Trata-se de pensar a teologia pública como uma área do saber humano e sua implicação para o campo pastoral. A segunda seção avança na reflexão acerca do objeto que, a nosso ver, deve ocupar o sentido de uma pedagógica pastoral e sua repercussão no espaço público. O enfoque é o conteúdo epistemológico de um evangelho de liberdade, no delineamento de Christoph Theobald,⁸ e sua repercussão enquanto práxis pastoral. Por fim, na última parte, empenhamo-nos a analisar as possibilidades e os desafios concernentes à proposição de uma pastoral pública, na direção de uma pedagógica na fé que seja dialógica, cidadã, ecológica, aberta à diversidade e à diferença.

O caminho proposto procura dialogar com diferentes interlocutoras e interlocutores. Porém, cabe destacar que a inspiração de pensar a pastoral pública, na proximidade com a teologia pública, é instigada pela concepção teológica presente em Moltmann, segundo o qual “a te-

ologia ocorre onde as pessoas chegam ao conhecimento de Deus e ‘percebem’ a presença de Deus com todos os seus sentidos na práxis da vida, de sua felicidade e de seus sofrimentos”.⁹ Ali, na práxis da vida, a partir das realidades que conferem diferentes significados existenciais e contextos sociais, insere-se também a práxis pastoral que integra, nos seus múltiplos itinerários, a responsabilidade ética em que a vida cristã implica “a participação responsável na ordem justa das coisas na economia, na sociedade, na cultura e na política – ou o indiviso e consequente discipulado de Cristo nas decisões econômicas, sociais, culturais e políticas”.¹⁰

A transmissão de um evangelho de liberdade, tarefa que diz respeito ao campo da pastoral, requer também uma reflexão teológica que, no dizer de Inácio Neutzling, empenhe-se em “superar o restrito espaço das comunidades de fé, o espaço privado da comunidade eclesial, para interessar-se pelo bem comum da sociedade inteira, da humanidade inteira, [inclusive] com todas as desesperanças [...]”.¹¹ Daí que o fim da reflexão sobre o saber teológico ou sobre o pedagógico-pastoral não é defesa

7 CAVALCANTE; SINNER, 2011, p. 5.

8 THEOBALD, 2009, p. 15.

9 MOLTSMANN, 2004, p. 11.

10 MOLTSMANN, 2012, p. 241.

11 NEUTZLING, 2011, p. 180.

de determinada teologia e nem de uma prática pastoral. Trata-se, isto sim, de uma intersecção que visa contribuir para um processo de amadurecimento na fé radicalmente humana e, como tal, capaz de tornar possível o kairós do Verbo que se revela no encontro com o Outro – “saber do amor a serviço do amor”, na expressão de Emmanuel Levinas.¹²

1. Teologia e pastoral: uma interlocução a partir do locus público

Tanto a pastoral como a teologia se revestem de intencionalidades e interações humanas. Assim, a reflexão sobre a ação pastoral, que, como sugere Alonso Gonçalves, propomos denominar também de pastoral pública,¹³ deve considerar a interlocução com a esfera pública. Essa atribuição pública à práxis pastoral pode soar como uma tautologia. De certa forma, toda pastoral tem ressonância pública, no sentido que estamos nos referindo à possibilidade da vivência cristã que se realiza no e com o mundo,

em diferentes meios e realidades, em vista da transmissão da boa nova de Jesus de Nazaré. Os itinerários que pretendem promover o processo de educação na fé,¹⁴ como no caso a fé cristã, e a reflexão sobre esta mesma condição movem-se na intersecção com a diversidade da vida humana e, em última instância, planetária.

Por conseguinte, entrelaça-se a possibilidade de pensar a participação da vida cristã na plataforma democrática, sem que isso signifique uma forma de intimidação ou eliminação do Estado laico, realçando “uma razão que reconduza, sem apagar as distâncias, que una, sem reduzir o que é distinto ao mesmo denominador, que entre estranhos torna reconhecível o que é comum, mas deixe ao outro a sua alteridade”.¹⁵ Com Habermas, mas a partir da experiência da fé cristã, trata-se de suscitar a práxis reflexiva, em especial a partir da práxis pastoral que se engaja para além dos muros da comunidade eclesial, como nos espaços educativos (da educação infantil à universitária), no campo da saúde e assistência social, na caminhada

¹² LEVINAS, 2003, p. 243.

¹³ GONÇALVES, 2012, p. 25.

¹⁴ Cf. Dick (2020), “o processo de educação na fé, mais do que um simples método ou técnica, tem originalidade e autenticidade que surgem do desejo do encontro e da descoberta de um Deus que se revela em Jesus Cristo, na pessoa humana e na natureza”.

¹⁵ HABERMAS, 1993, p. 112.

do povo¹⁶ que se reconhece como indígenas, negros, mulheres, comunidade LGBTQI+, migrantes..., na luta pela proposição de um outro mundo possível e necessário, em que caibam todos e todas e que inclui Pachamama (do quíchua, Mãe Terra).

A partir da teologia pública, colocam-se em debate o desejo e a ação que movem corações e esforços para sensibilizar as pessoas em torno da boa nova, a palavra de Deus encarnada em Jesus de Nazaré. Chama-se a esse desejo e esforço de práxis (ação e reflexão) pastoral. A palavra de Deus “é uma palavra radicalmente humana, e mesmo a mais humana que possa existir: aquela que é portadora de vida nas nossas travessias difíceis ou felizes”.¹⁷ O anúncio do evangelho engaja uma forma de compreender e viver a experiência de fé que anima o fazer pastoral. Há uma intencionalidade, em que o exercício missionário assume um jeito de se colocar a serviço dessa palavra. Essa adesão possui um caráter profunda-

mente pessoal, que diz respeito à vocacionalidade, mas cuja interpelação responde ao itinerário espiritual de um povo, como diz Gutiérrez: “A espiritualidade é uma aventura comunitária. Passo de um povo que segue o seu próprio caminho em seguimento a Jesus Cristo, através da solidão e das ameaças do deserto”.¹⁸

A noção de teologia pública remete ao teólogo estadunidense Martin E. Marty, que, na década de 1970, desenvolve estudos acerca de seu conterrâneo, o também teólogo Reinhold Niebuhr (1892-1971), reconhecendo neste uma forma de interpretação do comportamento social religioso norte-americano a partir de elementos bíblicos, históricos e filosóficos.¹⁹ Incorporando outras nuances ao conceito, no início da década de 1980, David Tracy, também teólogo estadunidense, apresenta o artigo “A imaginação analógica”, em que a teologia pública aparece como uma maneira de articular argumentos do campo religioso com a pluralidade cultural. A opção de uma religiosidade marginal, como uma questão de ordem exclusivamente privada, tende a gerar uma espécie de es-

16 De acordo com Agamben (2015, p. 35), “toda interpretação do significado político do termo povo deve partir do fato singular de que este [...] sempre indica também os pobres, os deserdados, os excluídos. Ou seja, um mesmo termo nomeia tanto o sujeito político constitutivo como a classe que, de fato, se não de direito, está excluída da política”.

17 THEOBALD, 2009, p. 12.

18 GUTIÉRREZ, 1984, p. 151.

19 Cf. SINER, 2011, p. 13.

quizofrenia, em que a vida de fé estaria desconectada da vida pública.²⁰

Ainda sobre esse contexto originário, destaca-se o desdobramento do debate em torno da ideia de religião civil, como ocorre nos Estados Unidos. Moltmann observa que “igreja e cultura, fé e moral, cristianismo e democracia se fundiram até a indistinguibilidade. Essa religião civil se tornou a alma do American Empire”.²¹ Isso se faz notar em rituais como os do Dia de Ação de Graças, Dia da Memória, juramento à bandeira – “Uma só Nação sob Deus” (One Nation under God) –, nos discursos presidenciais que costumam evocar Deus como uma forma de legitimar cargos políticos. No entanto, segundo Rudolf von Sinner, essa identificação religiosa não convém apenas “para dar legitimidade ao cargo de presidente” ou oferecer um discurso de lealdade nacional. “Na medida em que os governos reconhecem um poder transcendente superior, eles podem, pela mesma referência, ser contestados e inclusive depostos ou sofrer resistência por atos de desobediência civil”.²²

20 Cf. JACOBSEN, 2011, p. 54.

21 MOLTSMANN, 2012, p. 47.

22 SINNER, 2011, p. 15.

Nesse sentido, vale lembrar que a luta dos negros pelos direitos civis, na formulação do discurso de Martin Luther King, evoca tanto uma forma de crença na sociedade nacional com base nos valores da democracia e igualdade, como uma motivação de fé religiosa. De fato, King proclama que “eu ainda tenho um sonho. É o sonho de que [...] um dia esta nação se erguerá e viverá o verdadeiro significado de sua crença [...]: que todos os homens são criados iguais”.²³ Nessa referência, King aponta o fim da opressão dos oprimidos como um dever público que se ancora na concepção de um país democrático e igualitário. Ao mesmo tempo, na continuidade do discurso, há um elemento de esperança escatológica: “eu tenho um sonho que um dia todo vale será exaltado, cada colina e montanha virão abaixo [...] e a glória do Senhor será revelada e toda carne a verá junta”.²⁴ Em suma, implica-se também uma motivação religiosa.

Ainda sobre a base conceitual da teologia pública, destaca-se a contribuição de Moltmann, cujo pensamento

23 KING, 1992, p. 104. “I still have a dream. It is a dream [...] that one day this nation will rise up and live out the true meaning of its creed [...]: that all men are created equal”.

24 KING, 1992, p. 104. “I have a dream that one day every valley shall be exalted, every hill and a mountain shall be made low [...] and the glory of the Lord will be revealed and the flesh shall see it together”.

acompanha esta jornada de discussão sobre a pastoral pública. O teólogo alemão concebe a fé cristã na inserção e relevância pública, no encontro com a vida do povo. Segundo ele, cabe também à teologia a tarefa de se debruçar sobre a participação da vida cristã na vida cotidiana, na elaboração de decisões públicas, sobretudo aquelas que impactam a constituição organizativa e estrutural da sociedade. Isso significa ter em conta que “as estruturas sociais e políticas” não devem ser recepcionadas “como ordenações de Deus [...] mas [...] como construções humanas pelas quais os seres humanos devem se responsabilizar e, portanto, as quais podem ser mudadas por eles”.²⁵

Os apontamentos acima demarcam alguns dos aspectos iniciais do contexto que compõe a amálgama epistemológica concernente à teologia pública. De forma mais incisiva, a partir dos anos 2000 o conceito recebe outros matizes, com uma diversidade de contribuições. Entre outras fontes, destacam-se a Rede Global para Teologia Pública, de Princeton (Estados Unidos), o Centro Beyers Naudé de Teologia Pública, da Universidade de Stellenbosch (África do Sul), o Programa de Teologia Pú-

blica, do Instituto Humanitas Unisinos - IHU (São Leopoldo, Brasil), a Coleção Teologia Pública e Grupo de Pesquisa Teologia Pública, ambos da Faculdades EST (São Leopoldo, Brasil). A partir dessa multiplicidade contextual e que inclui outros parceiros, entende-se que a noção de teologia pública apresenta diferentes perspectivas de fundamentação e de atuação, tanto convergentes como divergentes, tal como identifica Jacobsen,²⁶ mas que, pela delimitação temática, não adentraremos.

No caso das iniciativas brasileiras, o modelo de teologia pública que reverbera, embora não único, abre-se para uma perspectiva que Jacobsen denomina teologia pública da libertação, que recepciona ecos da diversidade de teologias libertadoras (latino-americana, caribenha, negra, indígena, feminina, LGBTQI+...). De fato, no destaque da autora, “se essa teologia não estiver encarnada junto às dores, fés e esperanças de cada povo, em cada contexto, ela será um discurso vazio, sem relevância efetiva”.²⁷ Na mesma toada, Neutzling aponta

25 MOLTSMANN, 2012, p. 243.

26 Jacobsen (2011, p. 53-70) identifica três perspectivas de fundamentação (modelo de divulgação, modelo universal e modelo factual) e três modelos de atuação da teologia pública (modelo da audiência, modelo apologético e modelo contextual).

27 JACOBSEN, 2011, p. 67.

que “a teologia pública como teologia do reino de Deus, precisamente por amor de Cristo, torna-se uma teologia da libertação dos pobres, dos doentes, dos angustiados, dos marginalizados e dos excluídos”.²⁸

A partir desse caminho, um itinerário composto por diferentes nuances, mas que conserva uma unidade, com Sinner e Cavalcanti, a teologia pública pretende repercutir “o significado surpreendente e desconcertante da maior de todas a teofanias bíblicas: a encarnação do Verbo – Deus, ao se encarnar no homem Jesus de Nazaré, assume a dimensão humana integralmente – torna-se pública”. O fio condutor é a proposição de “uma reflexão teológica cujo lugar central é a res publica”,²⁹ coisa do povo, em que a experiência religiosa é uma das facetas dessa condição. A referência à teologia pública que aqui destacamos não pretende ser uma forma de publicização da experiência religiosa em si, mas, como observa Jacobsen, trata-se de uma “análise crítica do modo através do qual essa fé já está sendo tornada pública”³⁰ e que, por conseguinte, impacta a noção pastoral, sobre a qual nos ocuparemos adiante.

28 NEUTZLING, 2011, p. 180.

29 CAVALCANTE; SINNER, 2011, p. 6.

30 JACOBSEN, 2011, p. 59.

Ao mesmo tempo, embora ancorada no saber da tradição e sem perder a dimensão de confessionalidade, trata-se de levar adiante uma teologia que, segundo Sinner, procura aprender “a argumentar em vez de decretar, interagir em vez de polemizar, compreender em vez de ficar no preconceito”.³¹ Do mesmo modo, no dizer de Neutzling, “a teologia é convocada hoje para, com entusiasmo, sair do particular e abrir-se, como teologia do reino de Deus, ao universal, superar o próprio isolamento e reencontrar-se na mais ampla comunhão com as demais áreas do saber”.³²

A teologia não é e nem pertence ao conjunto das ciências objetivas, em que o saber se constitui a partir de elementos e fatos constatáveis e demonstráveis. Por outro lado, assim como a ciência objetiva e a filosofia, a teologia é uma área do saber humano que se entrelaça com a complexidade³³ e, de forma transdisciplinar, atravessa as diferentes áreas do conhecimento. De forma crítica e

31 SINNER, 2012, p. 32.

32 NEUTZLING, 2011, p. 180.

33 Para uma aproximação da noção de complexidade, cf. Edgar Morin (2003, p. 20), em que diz que “à primeira vista, a complexidade é um tecido (complexus: o que é tecido em conjunto) de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Na segunda abordagem, a complexidade é efetivamente

autocrítica, a teologia é convidada a dialogar com outras áreas do conhecimento, adotando os princípios da razão argumentativa, da competência hermenêutica, da investigação científica. Nas palavras de Neutzing,

Da teologia pública se exigem uma reflexão crítica e defesa pública dos valores fundamentais da liberdade e da responsabilidade das atividades científicas numa sociedade na qual a salvaguarda da liberdade das ciências é ameaçada pelas pretensões e pelas ofertas provenientes da indústria e da economia.³⁴

Destarte, na ameaça à liberdade científica, à produção de conhecimento, não estão apenas as pretensões provenientes da razão instrumental que obedece à economia do lucro e da barbárie,³⁵ destrói a vida humana e a natureza. Há também o perigo que vem, na terminologia de Luiz Susin, de patologias religiosas, entre as quais es-

tão o fundamentalismo³⁶ e o fanatismo³⁷ que sequestram a mensagem do Evangelho, impõem uma religião de muros e cercas, de ameaça e medo, de manipulação e poder autoritário. “Suas pregações, geralmente moralistas, suas manipulações do mistério e da alteridade indisponível

36 Embora tenha origem no ambiente protestante estadunidense no final do século XIX, o conceito de fundamentalismo aponta para movimentos e comportamentos religiosos que se atêm à interpretação literal dos textos bíblicos como suficiente para conferir os fundamentos da doutrina e vida cristã, a despeito da hermenêutica, da razão crítica, da abertura à ciência e do diálogo com o diferente. O fundamentalista comporta aspectos cognitivos, de entendimento e esclarecimento da consciência religiosa. De acordo com Dreher (2015, p. 220), “o fundamentalista experimenta a sociedade que o cerca em decadência moral e anômica, sem lei e sem normas. Com isso, o fundamentalismo se torna convidativo e atraente para uma parcela significativa da humanidade, pois ele oferece segurança em meio a verdades que se desvanecem, porto seguro em meio a pluralidades, relativizações e dissoluções de certezas antigas”.

37 O fanatismo (do latim *fanum*, lugar sagrado, templo) condiz com a condição psicológica ou emotiva que invade todas as esferas da vida, cuja adesão à experiência religiosa (que se pode associar à natureza política, filosófica...) comporta intolerância, aversão, agressividade, violência em relação ao outro. Conforme Campbell (1986, p. 248), o fanatismo é entendido como “fervor excessivo e irracional por qualquer coisa ou assunto; o fanatismo, tal como a belicosidade, é extremamente frequente em paranóides, cuja paixão na adesão a causas pode avizinhar-se ao delírio”.

o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal”.

34 NEUTZLING, 2011, p. 180.

35 Cf. ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 42.

que é própria da religião, seus exorcismos, se tornam diabólicos justamente sob seu aparato angélico”.³⁸

Diante dessas questões, não se pode perder de vista que a experiência do sagrado é um valor antropológico e que o problema não é a fé religiosa em si. Como diz o narrador Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa, nas palavras finais de Grande sertão: veredas, “o diabo não há! É o que eu digo, se for... Existe o homem humano. Travessia”.³⁹ Porém, as mazelas humanas também se manifestam por meio ou como religião. Desse modo, lidar com as questões religiosas supõe interpelar a realidade humana. Mesmo a teologia, em que “Deus” é a questão da qual ela precisa enfrentar, na medida em que “o teólogo é teólogo por causa de Deus”,⁴⁰ realiza-se como travessia humana. Ocupar-se do problema sobre Deus não significa chegar ao conhecimento de Deus. Nas palavras de Rubem Alves, “Deus é um grande e inominável mistério e o que podemos dizer se refere apenas àquilo que acontece em mim [...]. Teologia é antropologia: falar de Deus é falar de nós mesmos”.⁴¹ Com efeito, a vivência

dessa experiência humana, na fé, remete também ao que-fazer pastoral.

2. O locus público como sentido da práxis pastoral: o evangelho de liberdade

A formação ou o resgate de uma experiência religiosa saudável passa pela conexão ou reconexão entre a vida de fé e a vida pública. A partir da vivência cristã, a desconexão entre as duas esferas, como se uma não tivesse nada a ver com a outra, antes de promover uma salutar relação de autonomia, acaba por reforçar atitudes de conformismo diante do mundo da vida. O confinamento da religião ao espaço privado, fenômeno que em parte decorre do processo de secularização moderna,⁴²

38 SUSIN, 2017, p. 195.

39 ROSA, 2001, p. 624.

40 NEUTZLING, 2011, p. 176.

41 ALVES, 1987, p. 39.

42 De acordo com Sinner (2018, p. 64), “a origem do termo [secularização] está no direito canônico: significa a transferência de um religioso, membro de um convento, um mosteiro, para o clero diocesano. Imaginemos a saída da vida contemplativa, representada pelo mosteiro, para o mundo, o saeculum, onde o sacerdote começou a atuar entre o povo. Depois o termo migrou para o direito eclesiástico público, referente à transferência de patrimônio eclesiástico para o Estado. Nesse caminho adquiriu também conotações sociais e culturais, de um processo de redução da influência da igreja no Estado e

não anula a presença religiosa na formulação de perspectivas político-culturais, na mobilização de significados existenciais. Com efeito, embora possua um caráter de interioridade pessoal, a convicção religiosa ou mesmo a descrença não se limitam ao âmbito do privado. Na medida em que a pessoa assimila os valores que se relacionam com as suas convicções, mesmo que de forma não consciente, ela assume uma maneira de interagir, de emitir juízos e influenciar sobre questões de caráter público.

É dessa forma que, no dizer de Paul Valadier, a igreja “não pode se fechar em si mesma, falar unicamente a seus fiéis e desertar o espaço público. O Evangelho é, em princípio, uma luz para todos os homens”.⁴³ Daí a relevância de que se reveste a teologia pública enquanto ciência da manifestação da fé, que tem a responsabilidade ética de mobilizar esforços para recuperar e reforçar seu locus público que inclui a luta por justiça social, cidadania, dignidade, transformação. Sobre esse aspecto, tenha-se em conta que se sobressaem modelos teológico-pastorais atrelados à formação eclesial, em que temas como me-

mória e identidade cultural, gênero e sexualidade, ciência política, direitos humanos, etc., dificilmente entram como disciplina curricular nos cursos de teologia. Gonçalves observa que “a maior dificuldade de formular uma teologia que seja pública é [...] a sua dependência de confissões de fé e a sua abordagem estritamente eclesial”.⁴⁴

Não se pode perder de vista que a imposição confessional e a instrumentalização da fé religiosa, para manipular consciências, colocam a religião em suspeição. Atualmente, na esfera pública brasileira sobressai-se o que Cavalcante chama de dogmatismo neofundamentalista. Há um processo de coisificação da alteridade do mistério e de mercantilização da fé. Diz o autor:

[...] a coisificação religiosa e mercadológica da fé não é um patrimônio apenas da bizarrice carismática que arre mata em pregão as benesses e graças divinas e compra nas gôndolas do mercado eclesiástico o produto que necessita; ela está no cardápio requintado do neofundamentalismo dogmático, do pseudoprotestantismo moralista e nauseante. Enfim, tal postura faz de Deus um ser domesticado, “engaiolado” – simulacro da verdade objetiva.⁴⁵

na sociedade, na medida em que a opção religiosa se tornou livre e facultativa e os fundamentos do Estado e da sociedade vieram a ser considerados seculares, livres de base religiosa”.

43 VALADIER, 2012, p. 38-41.

44 GONÇALVES, 2017, p. 26.

45 CAVALCANTE, 2011, p. 116.

Próximo a esse fenômeno dogmatizante aparece a teologia da prosperidade que opera ao modo do mercado, em que a experiência religiosa é instrumentalizada em função dos atuais vendilhões do templo. Atrela-se a essa teologia a cultura do ter, em que a felicidade e a bênção divina resultam da obsessão por sucesso e conquista financeira a qualquer custo. Ademais, prospera uma espécie de privatização da esfera pública por parte de grupos religiosos, não apenas de vertente pentecostal, em que “o risco de terminar em um regime autoritário com fundamentação teocrática fica bastante evidente”.⁴⁶

A partir das considerações acima, a indicação de uma teologia pública que se quer engajada na discussão dialógica entre a práxis da fé e práxis da reflexão não significa a proposição de uma espécie de revogação da separação entre a comunidade religiosa e o Estado laico. O esforço é justamente por uma relação de independência dialógica. Cabe ter em conta que a laicidade e a razão democrática são condições de possibilidade para a liberdade e pluralidade da própria manifestação religiosa. Então, na observação de Susin, “o desafio é o reconhecimento do pluralismo religioso da sociedade civil e a necessida-

de de um Estado laico, isento e neutro, que administre o pluralismo de expressões com justiça e consideração pelo bem comum”.⁴⁷ Note-se que a sociedade secularizada pode se constituir em um elemento facilitador do diálogo ecumênico e inter-religioso. Na análise de Gianni Vattimo,

Uma leitura mais espiritual do texto bíblico, e dos dogmas cristãos de forma geral, parece ser hoje uma demanda que serve não apenas para reconhecer a essência profundamente religiosa de tantos aspectos da sociedade secularizada, mas para tornar possível o diálogo ecumênico das igrejas cristãs entre si e delas com as outras religiões.⁴⁸

Esse entendimento não contradiz a originalidade da experiência cristã, na medida em que se enraíza no evangelho anunciado por Jesus e que se revela na liberdade da sabedoria do amor, da hospitalidade, do diálogo, do encontro, da inclusão dos pequeninos, dos rejeitados e rejeitadas. De acordo com Theobald, nesse sentido descortina-se o evangelho de liberdade que percorre a experiência de uma fé “susceptível de tocar-nos no seio da nossa humanidade mais elementar e capaz de libertá-la ou

46 MAJEWSKI, 2012, p. 213.

47 SUSIN, 2017, p. 213.

48 VATTIMO, 2004, p. 64.

de restitui-la a si mesma em todas as suas dimensões”.⁴⁹ Desvela-se o sentido de uma experiência de fé que incorpora o sentido do humano que se abre ao rosto do outro. Em última instância, cabe retomar a observação de Theodor Adorno, segundo a qual “a doutrina cristã do amor universal e a ideia do ‘humanismo cristão’ se opõem ao preconceito”. Ou seja, a fé cristã traz, em seu bojo, “um dos maiores pressupostos históricos do reconhecimento das minorias como partilhantes de direitos iguais com as maiorias ‘aos olhos de Deus’”.⁵⁰

Ligada a essa experiência, há a tarefa de soprar a brasa da memória profética que denuncia os poderes do mundo e do templo que ameaçam e tolhem a vida do empobrecido, da viúva e do órfão (Zacarias 7.10). Aliás, “se a teologia silenciar sobre ‘as coisas’ do mundo, ela delegará a outras áreas do saber decidir sobre a posição, sobre a relevância teológica e sobre questões que assimetricamente dizem respeito ao ‘destino’ das pessoas”.⁵¹ Do mesmo modo, se a teologia calar-se sobre as mazelas do templo que manipulam a consciência, que impõem o moralismo sexista e que interditam o Outro, há o perigo de

se tornar um discurso que alimenta o fundamentalismo e se conforma ao fanatismo reacionário e etnocêntrico – sobrevalorização de seu grupo de pertença em detrimento do outro que lhe é diferente.

Diante disso, enquanto decorrência, revela-se a responsabilidade que toca também no campo pastoral, na medida em que diz respeito às mediações pedagógicas que suscitam itinerários de experiências humanas na fé. Como indicação, entende-se que uma boa experiência religiosa tem a ver com experiências de aprendizagem, processos pedagógico-pastorais que se engajam na liberdade do amor, na produção de relações de solidariedade, de participação democrática nas diversas esferas da vida social e política. Moltmann expressa isso no sentido de uma “comunidade solidária”, em que a liberdade comunicativa condiz com a liberdade humana. “Uma sociedade livre não é uma multidão de indivíduos privados livres, mas uma comunidade em que as pessoas defendem umas às outras e especialmente os fracos e doentes”.⁵² Incluímos nessa defesa o cuidado da casa comum, na proposição do Papa Francisco.⁵³

49 THEOBALD, 2009, p. 15.

50 Adorno, 2019, p. 484.

51 OLIVEIRA, 2011, p. 31.

52 MOLTSMANN, 2012, p. 193.

53 Cf. PAPA FRANCISCO, 2015.

Vê-se, então, que a pertinência da discussão que ocorre em torno da teologia pública abarca também a relação pedagógica que diz respeito à vivência na fé. Aqui, a noção de pedagógica não se restringe à “ciência do ensinamento ou aprendizagem”, correspondente à pedagogia, mas, como propõe Enrique Dussel, incumbe-se pensar em seu significado intersubjetivo, em que a relação face a face converge para a diversidade de encontros e possibilidades de aprendizagem.⁵⁴ Na indicação de Theobald, “com o mundo humano enfim – homem e mulher – surge a possibilidade de uma relação entre seres singulares e únicos, lugar e desejo, de surpresa e de uma maturação sempre inesperada”.⁵⁵ Desse modo, a transmissão de um evangelho de liberdade – sentido da práxis pastoral – encarna o dizer do humano que se constitui na travessia existencial. Assim, “a transmissão do Evangelho não é de forma alguma uma doutrinação ou a proposta de uma ideologia religiosa entre outras”.⁵⁶

Destarte, coloca-se a capacidade hermenêutica de escuta do evangelho que se encarna na realidade e que, portanto, possibilita respeitar o Outro na sua alteridade,

inclusive na sua forma de crer, e solicita uma presença de solidariedade e justiça, em que a defesa do espírito público, da cidadania, do bem comum, é também decorrência da boa nova. Trata-se, então, de uma forma de resgatar o sentido do humano que se desvela no encontro com o rosto de outrem, uma relação de confiança que possibilita viver a experiência do improvável – do que não passa pelo crivo da prova –, mas que fornece boas razões para resgatar e fortalecer a comunidade solidária (espírito público) que, aos olhos da fé cristã, é permeada pela sabedoria do amor – amor que é serviço ao próximo e possibilidade da civilização do amor.

A proposição de uma pedagógica que contenha o desejo e a prática do evangelho de liberdade nos parece ser uma forma de responder aos desafios da contemporaneidade, fazendo jus à esperança emergente do itinerário espiritual que se alimenta da memória eucarística. Isso não somente é salutar, como faz necessária uma análise interpretativa e avaliativa da presença religiosa na esfera pública. Eis uma tarefa que cabe também à teologia, não tanto para responder aos apelos do mundo acadêmico, mas para oferecer à práxis pastoral instrumentos interpretativos que possam narrar, para o mundo de hoje,

54 Cf. DUSSEL, 1977, p. 153.

55 THEOBALD, 2009, p. 114.

56 THEOBALD, 2009, p. 23.

a experiência da caminhada que se dá nos passos e na companhia de Jesus de Nazaré.

Pensar sobre os caminhos e as possibilidades da relação entre a fé religiosa e a esfera pública remete à ideia de uma teologia pública que, no dizer de Sinner, “se vincula com a teologia cristã feita em nível mundial, interage com as organizações cristãs mundiais, confessionais e ecumênicas, e com a academia e a sociedade civil em nível nacional e internacional”.⁵⁷ Ao mesmo tempo, na linha defendida por Gonçalves, na medida em que a proposta da teologia pública “é articular metodologias e linguagens que criem interação com setores da sociedade civil organizada”,⁵⁸ denotam-se decorrências para a pastoral pública.

3. Pastoral pública: uma pedagógica na fé ao bem comum

Crer em Cristo é descobrir incessantemente uma habilidade sem igual para tocar no que é humano, muitas vezes demasiado humano em nós, e perceber assim a extraordinária convivência entre o Evangelho de Deus e o mistério da nossa existência humana.⁵⁹

A pergunta pelos pressupostos da fé perpassa tanto o pensar do teológico como a ação da pastoral que aqui é entendida como práxis pedagógica na fé. Enquanto práxis de ação que visa transmitir o evangelho de Jesus Cristo, a pastoral também é uma práxis de reflexão teológica que se faz pela capacidade hermenêutica de articular seu problema – a experiência de Deus que se manifesta em Jesus – que perpassa o mundo da vida. Como propõe Moltmann, “tudo aquilo que se faz e se sofre tem de corresponder com o que se crê, se ama e se espera. A relação entre teoria e práxis não é unilateral: nem a teoria nem a práxis têm precedência”.⁶⁰

57 SINNER, 2007, p. 44.

58 GONÇALVES, 2017, p. 23.

59 THEOBALD, 2009, p. 24.

60 Moltmann, 2012, p. 11.

A tarefa de transmitir um evangelho de liberdade tem como motivação o reino de Deus que se manifesta em Jesus de Nazaré. Assim, quanto à fé cristã, seu conteúdo remonta às palavras do evangelho: “falei abertamente ao mundo. Sempre ensinei na sinagoga e no Templo, onde se reúnem todos os judeus; nada falei às escondidas” (João 18.20). Boa nova que, em outro lugar, Jesus anuncia deste modo:

O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para evangelizar os pobres, enviou-me para proclamar a remissão aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade dos oprimidos e para proclamar um ano de graça ao Senhor (Lucas 4.18).

Desse anúncio surge a práxis pastoral que anima “o itinerário espiritual, de um povo”, na colocação de Gutiérrez, em que “libertar significa dar vida. Toda a vida”. Essa é uma experiência que emerge da inserção na realidade. O processo de libertação possibilita viver “o dom da fé, a esperança e a caridade que nos fazem discípulos do Senhor”.⁶¹ A pastoral é perpassada pela memória vocacional, cuja experiência é ao mesmo tempo pessoal e comunitária. O reino de Deus torna-se referência da

construção da civilização do amor – “o amor a serviço da vida” –,⁶² em que o significado de eclesialidade se revela a partir da mensagem de Jesus de Nazaré, um evangelho de liberdade, desprendido de dogmas rigidamente definidos e disciplinados a partir das autoridades do templo. Os jovens da Pastoral da Juventude Estudantil (PJE) expressam isso, nesta formulação: “somos e queremos ser Igreja, mas a Igreja na qual acreditamos é profética, fraterna e dialogante”. Em seu meio específico, a escola, essa pastoral assume uma igreja que se “caracteriza por fazer a opção pelos pobres e pelos jovens, mostrando-se como libertadora e assumindo a luta do povo”.⁶³

A pastoral pública se concretiza como uma práxis pedagógica, em que o amor a serviço da vida motiva a vivência da fé pessoal e comunitária na realidade do mundo. “O amor está sempre em busca de um mundo”, diz Alves. Ali, Deus se fez morada, em que o encontro com o rosto do outro revela a “esperança em movimento, lutando por um futuro, (a)feto que deseja sair, mesmo que pela angústia de passagens apertadas, parto: libertação”.⁶⁴ Em

61 GUTIÉRREZ, 1984, p. 16-17.

62 CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM), 1997, p. 149.

63 PJE, 2005, p. 93.

64 ALVES, 1987, p. 40.

outras palavras, sem que isso se denomine uma experiência religiosa, há o despertar na fé humana para a vida. Na acepção de James Fowler, “a fé é o modo em que uma pessoa ou um grupo penetra no campo de força de vida. [...] A fé é o modo pelo qual uma pessoa vê a si mesma em relação aos outros, sobre um pano de fundo de significados e propósitos partilhados”.⁶⁵

Como se lê em O mito de Sísifo, de Albert Camus, “julgar se a vida vale ou não vale a pena ser vivida é responder à pergunta fundamental da filosofia”.⁶⁶ Ou seja, à indagação pelo sentido da vida, ela começa a ser respondida pelo próprio ato humano de viver, em que o crer na vida abre as possibilidades do devir histórico, do significar com o Outro o sentido da existência, incluindo ali a fé religiosa. Tudo isso não ocorre de forma automática, isolada ou definitiva. São, isto sim, processos educativos, mediados de encontros, inconclusos e, por isso, contínuos. O ser humano é um ser histórico no e com o mundo. “Ele não nasce no mundo das coisas, das pessoas e do tempo como um produto inacabado. Seu ser não preexiste à his-

tória. Torna-se o que é através da história de suas relações com o meio ambiente”.⁶⁷

O “sim” à vida é a primeira manifestação da fé que se concretiza como uma relação de confiança que abre à dimensão da alteridade. De modo que a primeira e principal preocupação de uma pedagógica pastoral não é com a fé religiosa em si, mas possibilitar experiências de transcendência, o encontro com o Outro. Assim, por exemplo, o modo como acolhemos uma criança que vem ao mundo sinaliza uma experiência de encontro e que indica uma relação pedagógica. Nas palavras de Hannah Arendt, se “a educação é ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele”, então “a educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos”.⁶⁸

A descoberta da alteridade, a partir de uma pedagógica na fé humana, delineia também a fé religiosa como uma expressão da capacidade humana de transcendência que, nas palavras de Paulo Freire, “está tam-

65 FOWLER, 1992, p. 15.

66 CAMUS, 2013, p. 19.

67 ALVES, 1987, p. 45.

68 Arendt, 2009, p. 247.

bém, para nós, na raiz de sua finitude. Na consciência que tem desta finitude. Do ser inacabado que é e cuja plenitude se acha na ligação com seu Criador”.⁶⁹ Desde a infância (fé intuitiva), passando pela adolescência (fé convencional), à maturidade (fé universalizante), a fé humana e religiosa responde a um processo de amadurecimento psicossocial.⁷⁰ De modo que, no dizer de Susin, “a religião saudável evolui de estados infantis para estados mais adultos, passando da submissão e da rigidez para a autodeterminação e a liberdade inclusive e, sobretudo, diante do sagrado, ‘diante de Deus’”.⁷¹

A pedagógica na fé supõe uma pastoral comprometida com a consciência pública. No dizer de Moltmann, “todos os indivíduos fazem parte [...] também da consciência pública e adotam uma posição favorável ou crítica diante dela”.⁷² Isso significa considerar que a formação dessa consciência tem o conflito, a diferença, a tensão. A participação do debate público não significa abrir mão da convicção, a qual implica um contínuo e difícil processo de discernimento, de amadurecimento da consciência.

69 FREIRE, 2007, p. 48.

70 Cf. FOWLER, p. 24.

71 SUSIN, 2017, p. 203.

72 Moltmann, 2012, p. 67.

Se não há convicção, perde-se a vivacidade da participação pública. Ora, a convicção religiosa que nasce da experiência do encontro com o mistério de alteridade e que, por conseguinte, não é sinônimo de arrogância ou de fanatismo (o fanático quer excluir o Outro), deve motivar, segundo Susin, o “processo de amadurecimento da consciência. Ela inclui a busca, o estudo, o exame e a indispensável reflexão, o trabalho de esclarecimento da consciência”.⁷³

Nesse sentido, Habermas aponta três critérios que parecem ser relevantes para se pensar o processo de inserção da vida cristã na vida pública. O primeiro diz respeito à relação ecumênica e inter-religiosa, em que “a consciência religiosa precisa assimilar cognitivamente o contato com outros credos e religiões”. O segundo critério indica o compromisso em que a religião “tem de se adaptar à autoridade das ciências, que detêm o monopólio do saber social do saber sobre o mundo”. Por fim, referindo-se ao aspecto da laicidade, Habermas destaca que a consciência religiosa “deve se abrir às premissas do Estado constitucional, que se funda numa moral profana”.⁷⁴

73 SUSIN, 2017, p. 209.

74 Habermas, 2004, p. 139.

A pastoral pública tem o desafio de esclarecer a si mesma, de iluminar seus participantes, grupos... sobre a inserção da vida de fé na cidadania, na sociedade civil. No dizer de Valadier, a igreja fará isso “participando no debate com todos, deixando-se interrogar pelas questões contemporâneas, buscando ver como o Evangelho pode nos ajudar a lançar luz sobre nossos problemas”.⁷⁵ Em outras palavras, a pastoral pública tem a tarefa de nutrir e desenvolver experiências na fé com as seivas da participação, do diálogo, da sensibilidade solidária, da consciência crítica, da abertura à diferença, sem perder de vista a própria memória do Deus conosco que, no caso da fé cristã, emerge a partir de um itinerário espiritual que se dá em torno da mesa eucarística.

É interessante observar que quando a igreja é uma comunidade de portas abertas, em que a Eucaristia se constitui em memória de um Deus que se torna alimento de vida e de esperança na mesa partilhada, os corações se movem. “Obrigado Padre Duffell [pároco de Nova York] pela bela homilia [...]. Fiquei comovida hoje quando o senhor disse: ‘A Eucaristia não é um prêmio para os

perfeitos, mas um alimento que Deus nos dá’”.⁷⁶ Palavras ditas por Lady Gaga, artista que, em suas músicas e shows, tem chamado a atenção para temas como machismo e homofobia.

Aliás, sobre as questões de gênero, é interessante também lembrar outras manifestações de pessoas ou grupos ligados à arte, à cultura em geral, que relacionam temáticas sensíveis aos direitos das minorias com símbolos sagrados ou expressões religiosas. Por exemplo, durante a parada gay de São Paulo, em 2015, a atriz Viviany Belboni fez uma performance da crucificação de Cristo como um ato político para chamar a atenção sobre as mazelas que assolam a comunidade LGBTQI+.⁷⁷ A encenação provocou inúmeras manifestações tanto de apoio como

75 VALADIER, 2012, p. 38-41.

76 LADY GAGA. “(Thank you Father Duffell for a beautiful homily) as always and lunch at my pop’s restaurant. (I was so moved today when you said, ‘The Eucharist is not a prize for the perfect but the food that God gives us.’) - Father Duffell, Blessed Sacrament Church Nourishment.” 9 mai. 2016. Tweet. O comentário da artista se deu a partir de uma homilia pronunciada pelo pároco John Duffell, o qual se referia à carta apostólica do Papa Francisco, *Evangelii Gaudium* (São Paulo: Loyola, Paulus, 2013) que, no ponto 47, diz: “A Eucaristia, embora constitua a plenitude da vida sacramental, não é um prêmio para os perfeitos, mas um remédio generoso e um alimento para os fracos”.

77 Cf. Folha de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2RLOrgj>. Acesso em: 17 jul. 2020.

de indignação e condenação sobretudo de religiosos cristãos. No entanto, tenha-se em conta que, no registro de Musskopf,

[...] a religiosidade popular (do povo) GLBT [corresponde a LGBTQI+] caracteriza-se pela mistura, justaposição e resignificação de elementos religiosos, incorporados desde a vivência e dos desafios de sobreviver num mundo hostil e violento. Rezas, escapulários, rituais, templos, terreiros, passes, trabalhos, músicas e personagens sacros, expressões e vestimentas litúrgicas... tudo faz parte da vida diária de muitas pessoas GLBT, que subvertem seus significados, brincam com eles, resignificam, e constroem a sua relação com o sagrado e a fé que dá sentido à sua existência.⁷⁸

A abertura à diversidade implica ter em conta que a adesão ao evangelho de liberdade significa condenar a violência e a discriminação, não as pessoas que buscam romper o silêncio que as oprimem, que se reconhecem em Jesus que também foi condenado e morto por autoridades religiosas e políticas da época. Nas palavras de Moltmann, “os cristãos defendem as vítimas, porque o próprio Cristo se tornou uma vítima; mas as igrejas tradi-

cionais continuam muito mais interessadas na justificação dos pecadores do que na justiça das vítimas”.⁷⁹

O anúncio de um evangelho de liberdade se relaciona com a defesa da razão democrática, em que a inclusão do Outro solicita o reconhecimento de que cuidar do bem comum é possibilitar oportunidades de participação, em que o excluído possa dizer a sua própria palavra. Daí que democracia tem a ver com justiça social que se concretiza em políticas públicas de educação, saúde, trabalho, cultura, direitos humanos, de cuidado da casa comum... Pois, de acordo com Moltmann, “sem justiça social, nas oportunidades e relações existenciais, morre o bem comum e, dessa maneira, a coesão de uma sociedade”. Em suma, “quando desaparece o espírito público de uma sociedade, também se perde a confiança”.⁸⁰

A voz de uma pastoral pública se faz audível nas lutas de resistência e libertação, sobretudo pelo seu modo de ser presença, inclusive com cânticos, danças, rituais, sacramentos. Por exemplo, a partir da teologia da libertação negra que surge nos Estados Unidos a partir dos anos finais da década de 1960, na análise de James Cone, há a

78 MUSSKOPF, 2008, p. 111.

79 MOLTSMANN, 2012, p. 222.

80 MOLTSMANN, 2012, p. 62-63.

percepção de que o blues encarna uma espiritualidade de rebelião contra a segregação racial.⁸¹ Nesta e em outras vivências similares, Boaventura Santos nota que a experiência religiosa é um dos elementos que compõem as lutas de resistência e libertação. Observa o autor:

A presentificação do passado ou do outro por meio de ritos, rituais e sacramentos (por exemplo, a Eucaristia, especialmente no catolicismo) desempenha um papel central na experiência religiosa. [...] Canções e cânticos têm uma forte presença histórica nas lutas de resistência e libertação como forma de unir forças [...]. Outro exemplo pode ser encontrado na maneira como a teologia caribenha da descolonização usa as canções redentoras de Bob Marley ou na forma como a teologia da libertação dos povos indígenas ou tribais da Nordeste da Índia enfatiza uma doxologia específica: a prática de louvar a Deus por meio do canto e da dança.⁸²

A inserção pastoral nas questões do mundo é uma decorrência do evangelho de liberdade. A habilidade de tocar no que é humano concerne à ação pastoral que anuncia a convivência entre o evangelho e o mistério que se revela “em nossos mundos da vida”, conceito que remete a Habermas, segundo o qual estamos imbricados

em mundos “compartilhados intersubjetivamente e que se sobrepõem uns aos outros”.⁸³ Ora, pensar o mundo da vida é pensar as “situações concretas de vida, junto a uma realidade histórica e contextual de reprodução da vida humana tanto em sua dimensão material quanto simbólica”.⁸⁴

Se na sobreposição de mundos não se possibilitar um amplo pano de fundo de agir comunicativo, em que o espaço público é o que possibilita concretizar a inclusão do Outro, de se reconhecer o direito à diferença, reforcem-se dinâmicas de injustiça, exploração, silenciamento, violência... Em suma, “a igreja, quando compreende os valores do reino de Deus, rompe com os muros e abraça a dimensão sociopolítica, considerando os desafios que a cidade impõe, como o pluralismo, o secularismo e a globalização”.⁸⁵ Para o desenvolvimento dessa compreensão é que se faz necessária também uma pastoral pública.

81 Cf. CONE, 1992.

82 Santos, 2014, p. 138-139.

83 HABERMAS, 1993, p. 105.

84 JACOBSEN, 2015, p. 102. Disponível em: <https://bit.ly/3m6pTgL>. Acesso em: 23 jul. 2020.

85 GONÇALVES, 2017, p. 77.

À guisa de conclusão

É numa hospedaria (Lc 10.34) que o outro faz uma promessa; e é ao redor de uma mesa, colocando efetivamente em jogo a sua existência, que ele alimenta os comensais, tornando-se assim ele próprio a promessa.⁸⁶

O debate que propomos sobre a práxis pastoral, na interface com a teologia pública, defronta-se com a relevância pública da transmissão de um evangelho de liberdade que se revela em Jesus de Nazaré, o Verbo que se faz carne e, conseqüentemente, assume a condição humana de forma integral. Trata-se, com efeito, de uma discussão que deve seguir sua tessitura, tendo em conta inclusive a concepção de uma pastoral pública e suas decorrências.

Não se trata de proclamar um modelo de pastoral, nem mesmo teológico, em que reconhecemos que “a teologia pública enquanto crescente tema para a reflexão teológica solidifica-se como uma categoria útil, que promove encontro entre diversas abordagens reflexivas que lidam com a realidade contemporânea”.⁸⁷ Entendemos

que a teologia pública oferece boas pistas que podem ajudar a caminhada pastoral, cuja práxis ocorre de diversas formas e contextos, em que a solicitude da vida humana implica a pedagógica na fé que, de forma imediata, não deve ser compreendida como fé religiosa, pois esta decorre daquela.

A inspiração pedagógico-pastoral é a própria pedagógica de Jesus de Nazaré, em que a causa do Outro comunica o evangelho da hospitalidade, da presença que cura e interpela: “a hospitalidade de Jesus consiste essencialmente em perceber que o Evangelho já está em ação no outro e nas sociedades, para ajudá-los a entender a promessa que se esconde na sua existência”.⁸⁸ Se o crer na vida é o primeiro movimento da fé humana, a primeira e fundamental tarefa da ação pastoral é cuidar para que a vida floresça, porque o Deus que se revela em Jesus de Nazaré é o Deus da vida.

Então, não há como viver a fé em um evangelho de liberdade sem escutar o grito do Outro. De forma incisiva, nas palavras de Moltmann, “quem escuta o clamor de Cristo agonizante na cruz, ouve o clamor da profundidade do abandono de Deus, hoje, das massas dos po-

⁸⁶ THEOBALD, 2009, p. 144.

⁸⁷ BUTTELLI; BRUYNS; SINER, p. 5.

⁸⁸ THEOBALD, 2009, p. 80.

bres e das florestas destruídas e das regiões devastadas da terra”.⁸⁹ Consequentemente, a preocupação prioritária de quem abraça a fé cristã, por exemplo, não deveria ser com a permanência ou a retirada de crucifixos em tribunais de justiça,⁹⁰ mas discutir a eficiência e eficácia do sistema judiciário, que deve estar ao alcance de todos, compreendendo que, como diz Levinas, “condenar um inocente – ou mesmo condenar um culpado sem provas – é uma falha da qual não se escapa nem pelo tumulto”.⁹¹ O critério da participação cristã na esfera pública, que inclui assumir funções e cargos eletivos, não deve ser outro senão o serviço ao bem comum, fazer-se próximo daqueles e daquelas que têm sua vida ameaçada.

O discernimento na fé que relaciona a vida cristã com a vida pública solicita uma pedagógica pastoral que não perca o elã de um evangelho de liberdade, decorrência de seu discipulado de Cristo.

Segundo o Nazareno, o “outro”, aquele que desconcerta nossas imagens ou esquemas socioculturais, até mesmo religiosos, é portador de uma verdadeira promessa: fazendo-se próximo do homem que cruzava por acaso

o seu caminho, ele se revela revelando-lhe sua própria identidade (Lc 10.25-367).⁹²

A partir desta óptica, que se aproxima também da perspectiva de Moltmann, desponta uma pastoral pública que transmite a palavra de esperança, que efetua coisas novas, mesmo em situações em que nada mais se espera, comunica a festa da páscoa. A festa é alegria, dança, gozo, celebração. A esperança anima os passos do aqui, na realidade histórica, da solidariedade humana que transforma e faz memória da ressurreição eucarística que solicita pão e justiça social em todas as mesas. Na mesa partilhada – como diz Dom Hélder Câmara, “quando alguém sonha sozinho, não passa de um sonho. Quando a gente sonha junto, é a realidade que começa”⁹³ –, a civilização do amor já dá seus passos. Enfim, com Moltmann, “a esperança da transformação escatológica do mundo efetuada por Deus conduz a uma ética transformadora que, com os recursos insuficientes e com as frágeis forças do presente, busca fazer jus a esse futuro e o antecipa”.⁹⁴

89 MOLTSMANN, 2012, p. 212.

90 Cf. SINER, 2012, p. 12-17.

91 LEVINAS, 2001, p. 56.

92 THEOBALD, 2009, p. 138.

93 CÂMARA, 1982, p. 15.

94 MOLTSMANN, 2012, p. 11.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Estudos sobre a personalidade autoritária. São Paulo: UNESP, 2019.
- AGAMBEN, Giorgio. Meio sem fim: notas sobre a política. Belo Horizonte, 2015.
- ALVES, Rubem. Da esperança. Campinas: Papirus, 1987.
- ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- CÂMARA, Dom Hélder. Prefácio. In: TÉVOÉDJRÈ, Albert. A pobreza, riqueza dos povos: a transformação da solidariedade. Petrópolis: Vozes, 1982.
- CAMPBELL, Robert. Dicionário de psiquiatria. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- CASALDÁLIGA, Pedro. Quando os dias fazem pensar. São Paulo: Paulinas, 2007.
- CAVALCANTE, Ronaldo. O neofundamentalismo no Brasil e as bases para uma teologia pública protestante. In: CAVALCANTE, Ronaldo; SINER, Rudolf von (Orgs.). Teologia em debate. São Leopoldo: Sinodal / EST, 2011.
- CAVALCANTE, Ronaldo; SINER, Rudolf von (Orgs.). Teologia Pública em debate. São Leopoldo: Sinodal / EST, 2011.
- CONE, James. The Spirituals and the Blues. Nova York: Orbis Books, 1992.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). Civilização do amor: tarefa e esperança: orientações para a Pastoral da Juventude latino-americana. São Paulo: Paulinas, 1997.
- DICK, Hilário. Caminho da educação e amadurecimento na fé. Apresentação da proposta de evangelização da juventude na Conferência Episcopal Latino-Americana. Disponível em: <https://bit.ly/2Fg5vJd>. Acesso em: 29 jul. 2020.
- DREHER, Martin. Fundamentalismo mata. In: GMAINER-PRANZL, Franz; JACOBSEN, Eneida (Orgs.). Teologia pública: deslocamento da teologia contemporânea. São Leopoldo: Sinodal / EST, 2015, p. 209-250.
- DUSSEL, Enrique. Para uma ética da libertação latino-americana III: Erótica e pedagógica. São Paulo: Loyola, 1977.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Cotidiano: Crucificação na Parada Gay é alvo de polêmica com religiosos. Reportagem de 9 jun. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2RLOrgj>. Acesso em: 17 jul. 2020.
- FOWLER, James. Estágios da fé. São Leopoldo: Sinodal, 1992.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- GONÇALVES, Alonso. Jürgen Moltmann e a teologia pública no Brasil. São Paulo: Garimpo, 2017.

- GONÇALVES, Alonso. Pastoral pública: a possibilidade de uma práxis a partir da teologia pública. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, n. 27, jan.-abr.2012.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. Beber no próprio poço: itinerário espiritual de um povo. Petrópolis: Vozes, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. O futuro da natureza humana. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. Passado como futuro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo: parte I. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- JACOBSEN, Eneida. Esfera pública deliberativa: a recepção da teoria habermasiana no Brasil e sua significância para uma teologia pública. In: BUTTELLI, Felipe; BRUYNS, Clint; SINNER, Rudolf von (Orgs.) *Teologia pública no Brasil e na África do Sul: cidadania, interculturalidade e HIV/AIDS*. São Leopoldo: Sinodal / EST, 2014.
- JACOBSEN, Eneida. Modelos de teologia pública. In: CAVALCANTE, Ronaldo; SINNER, Rudolf von. *Teologia em debate*. São Leopoldo: Sinodal / EST, 2011.
- JACOBSEN, Eneida. Teologia e teoria política: aproximações críticas entre correntes da teologia contemporânea e o pensamento político de Jürgen Habermas. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Teologia da EST, São Leopoldo, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3mbv9A3>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- KING, Martin Luther. *I have a dream: writings & speeches that changed the world*. Nova York: HarperOne, 1992.
- LADY GAGA. "Thank you Father Duffell for a beautiful homily [...]". Tweet, 9 maio / 2016.
- LEVINAS, Emmanuel. De outro modo que ser o más allá de la esencia. Salamanca: Sígueme, 2003.
- LEVINAS, Emmanuel. Do sagrado ao santo: cinco novas interpretações talmúdicas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MAJEWSKI, Rodrigo Gonçalves. Teologia pentecostal e espaço público. In: JACOBSEN, Eneida; SINNER, Rudolf von; ZWETSCH, Roberto. *Teologia pública: desafios éticos e teológicos*. São Leopoldo: Sinodal, 2012.
- MOLTMANN, Jürgen. Ética da esperança. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MOLTMANN, Jürgen. Experiências de reflexão teológica: caminhos e formas da teologia cristã: São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. 4. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- MUSSKOPF, André. Via(da)gens teológicas. In: EGGERT, Edla. [Re]leituras de Frida Kahlo: por uma ética estética da diversidade machucada. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

- NEUTZLING, Inácio. Ciência e teologia na universidade do século XXI. In: CAVALCANTE, Ronaldo; SINER, Rudolf von. Teologia em Debate. São Leopoldo: Sinodal / EST, 2011.
- OLIVEIRA, Kathlen Luana de. Por uma política da convivência: teologia – direitos humanos – Hannah Arendt. Passo Fundo: IFIBE, 2011.
- OTTO, Rudolf. O sagrado. 4. ed. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017.
- PAPA FRANCISCO. Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.
- PJE. Marco referencial da Pastoral da Juventude Estudantil: nossa vida, nossos sonhos. [S.l.: s.n.], 2005.
- ROSA, João Guimarães. Grande sertão: veredas. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- SILVA, Alzirinha. Teologia pastoral e teologia prática, além da postura eclesial. Cultura teológica, a. XXVI, n. 91, jan/jun 2018.
- SINER, Rudolf von. Confiança e convivência: reflexões éticas e ecumênicas. São Leopoldo: Sinodal, 2007.
- SINER, Rudolf von. Teologia pública no Brasil: um primeiro balanço. In: SINER, Rudolf von; JACOBSEN, Eneida; ZWETSCH, Roberto E. (Orgs.). Teologia pública: desafios éticos e teológicos. São Leopoldo: Sinodal / EST, 2012.
- SINER, Rudolf von. Teologia pública num Estado laico: ensaios e análises. São Leopoldo: Sinodal, 2018.
- SINER, Rudolf von. Teologia pública: um olhar global. In: SINER, Rudolf von; CAVALCANTE, Ronaldo (Orgs.). Teologia em debate. São Leopoldo: Sinodal / EST, 2011.
- SOBRINO, Jon. Onde está Deus: São Leopoldo: Sinodal, 2007.
- SUSIN, Luiz Carlos. O ato de religião como virtude e seus vícios. In: MILLEN, Maria Inês de Castro; ZACHARIAS, Ronaldo (Orgs.). Fundamentalismo: desafios à ética teológica. Aparecida: Santuário; São Paulo: SBTM, 2017.
- THEOBALD, Christoph. Transmitir um evangelho de liberdade. São Paulo: Loyola, 2009.
- VALADIER, Paul. O fecundo jogo de interrogações mútuas entre fé e razão. IHU On-Line, São Leopoldo, n. 405, a. XII, 22/out./2012, p. 38-41.
- VATTIMO, Gianni. Depois da cristandade: por um cristianismo não religioso. São Paulo: Record, 2004.



Luis Carlos Dalla Rosa. Doutor e pós-doutor em Teologia pela Faculdades EST, de São Leopoldo, com estágio pós-doutoral na Princeton Theological Seminary, EUA. Vencedor do Prêmio Capes de Teses (2010) e do Concurso de Teses Soter-Paulinas (2011). É professor de antropologia na Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre e supervisor pastoral na Rede Marista. Dentre seus escritos, destacam-se *Educar para a sabedoria do amor* (Paulinas, 2012) e *Economia para a vida* (Sinodal, 2016).

Cadernos Teologia Pública

- | | | | |
|------|--|-------|--|
| N. 1 | Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI – Johan Konings, SJ | N. 10 | O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso – Michael Amaladoss, SJ |
| N. 2 | Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista – Maria Clara Bingemer | N. 11 | A teologia em situação de pós-modernidade – Geraldo Luiz De Mori, SJ |
| N. 3 | A Teologia e a Origem da Universidade – Martin N. Dreher | N. 12 | Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema – Pedro Gilberto Gomes, SJ |
| N. 4 | No Quarentenário da Lumen Gentium – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM | N. 13 | Teologia e Ciências Sociais – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior |
| N. 5 | Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner – Érico João Hammes | N. 14 | Teologia e Bioética – Santiago Roldán García |
| N. 6 | Teologia e Diálogo Inter-Religioso – Cleusa Maria Andreatta | N. 15 | Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos – David Eduardo Lara Corredor |
| N. 7 | Transformações recentes e perspectivas de futuro para a ética teológica – José Roque Junges, SJ | N. 16 | Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento – João Batista Libânio, SJ |
| N. 8 | Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos – Carlos Ribeiro Caldas Filho | N. 17 | Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves |
| N. 9 | Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões – Rudolf Eduard von Sinner | N. 18 | Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II – Paulo Suess |

N. 19 A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg – 1ª parte – Manfred Zeuch

N. 20 A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg – 2ª parte – Manfred Zeuch

N. 21 Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo – Karl-Josef Kuschel

N. 22 Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs – Jacques Arnould

N. 23 Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

N. 24 O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica – Walter Ferreira Salles

N. 25 A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM

N. 26 Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski – Joe Marçal Gonçalves dos Santos

N. 27 Música e Teologia em Johann Sebastian Bach – Christoph Theobald

N. 28 Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas – Karl-Josef Kuschel

N. 29 Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino – Ana María Formoso

N. 30 Espiritualidade e respeito à diversidade – Juan José Tamayo-Acosta

N. 31 A moral após o individualismo: a anarquia dos valores – Paul Valadier

N. 32 Ética, alteridade e transcendência – Nilo Ribeiro Junior

N. 33 Religiões mundiais e Ethos Mundial – Hans Küng

N. 34 O Deus vivo nas vozes das mulheres – Elisabeth A. Johnson

N. 35 Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica – Victor Hugo Mendes

N. 36 Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois – Joseph Comblin

N. 37 Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla – João Batista Libânio

N. 38 O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas – Peter C. Phan

N. 39 Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo – Paulo Suess

N. 40 Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha – Benedito Ferraro

N. 41 Espiritualidade cristã na pós-modernidade – Ildo Perondi

N. 42 Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta – Ildo Perondi

N. 43 A Cristologia das Conferências do Celam – Vanildo Luiz Zugno

N. 44 A origem da vida – Hans Küng

N. 45 Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga – Maria Cristina Giani

N. 46 Ciência e Espiritualidade – Jean-Michel Maldamé

N. 47 Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana – Antônio Cechin

N. 48 Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff – Águeda Bichels

N. 49 Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos – Karl-Josef Kuschel

N. 50 “Íte, missa est!”: A Eucaristia como compromisso para a missão – Cesare Giraudo, SJ

N. 51 O Deus vivo em perspectiva cósmica – Elizabeth A. Johnson

N. 52 Eucaristia e Ecologia – Denis Edwards

N. 53 Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje – José A. Zamora

N. 54 Mater et Magistra – 50 Anos – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo

N. 55 São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I – Daniel Marguerat

N. 56 Igreja Introvertida: Dossiê sobre o Motu Proprio “Summorum Pontificum” – Andrea Grillo

N. 57 Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã – Elizabeth A. Johnson

N. 58 As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo – Christoph Theobald

N. 59 Deus e a criação em uma era científica – William R. Stoeger

N. 60 Razão e fé em tempos de pós-modernidade – Franklin Leopoldo e Silva

N. 61 Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura – Karl-Josef Kuschel

N. 62 Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição – Luigi Perissinotto

N. 63 A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico – Felix Wilfred

N. 64 Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea – François Euvé

N. 65 O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade – Marco Lucchesi

N. 66 Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno – Mary E. Hunt

N. 67 Silêncio do deserto, silêncio de Deus – Alexander Nava

N. 68 Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites – Jean-Louis Schlegel

N. 69 (Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual – Degislando Nóbrega de Lima

N. 70 Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet – Moisés Sbardelotto

N. 71 Rumo a uma nova configuração eclesial – Mario de França Miranda

N. 72 Crise da racionalidade, crise da religião – Paul Valadier

N. 73 O Mistério da Igreja na era das mídias digitais – Antonio Spadaro

N. 74 O seguimento de Cristo numa era científica – Roger Haight

N. 75 O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa – Peter C. Phan

N. 76 50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro – José Maria Vigil

N. 77 As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja – Christoph Theobald

N. 78 As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã – George V. Coyne

N. 79 Papa Francisco no Brasil – alguns olhares

N. 80 A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades – André Wénin

N. 81 Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II – Victor Codina

N. 82 O lugar da mulher nos escritos de Paulo – Eduardo de la Serna

N. 83 A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel – Élcio Verçosa Filho

N. 84 O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota” – Renato Ferreira Machado

N. 85 Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica – Alexandra Lima da Silva & Rhaissa Marques Botelho Lobo

N. 86 Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II – Peter C. Phan

N. 87 O feminino no Gênesis: A partir de Gn 2,18-25 – André Wénin

N. 88 Política e perversão: Paulo segundo Žižek – Adam Kotsko

N. 89 O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39 – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher

N. 90 A espiritualidade humanística do Vaticano II: Uma redefinição do que um concílio deveria fazer – John W. O'Malley

N. 91 Religiões brasileiras no exterior e missão reversa – Vol. 1 – Alberto Groisman, Alejandro Frigerio, Brenda Carranza, Carmen Sílvia Rial, Cristina Rocha, Manuel A. Vásquez e Ushi Arakaki

N. 92 A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek – Adam Kotsko

N. 93 O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas – José Oscar Beozzo

N. 94 Vaticano II: a crise, a resolução, o fator Francisco – John O'Malley

N. 95 “Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente – Massimo Faggioli

N. 96 As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral

Gaudium et spes: por uma fé que sabe interpretar o que advém – Aspectos epistemológicos e constelações atuais – Christoph Theobald

N. 97 500 Anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas – Vítor Westhelle

N. 98 O Concílio Vaticano II e o aggiornamento da Igreja – No centro da experiência: a liturgia, uma leitura contextual da Escritura e o diálogo – Gilles Routhier

N. 99 Pensar o humano em diálogo crítico com a Constituição Gaudium et Spes – Geraldo Luiz De Mori

N. 100 O Vaticano II e a Escatologia Cristã: Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da Gaudium et Spes – Afonso Murad

N. 101 Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo – Elias Wolff

N. 102 A Constituição Dogmática Dei Verbum e o Concílio Vaticano II – Flávio Martinez de Oliveira

N. 103 O pacto das catacumbas e a Igreja dos pobres hoje! – Emerson Sbardelotti Tavares

N. 104 A exortação apostólica Evangelii Gaudium: Esboço de uma interpretação original do Concílio Vaticano II – Christoph Theobald

N. 105 Misericórdia, Amor, Bondade: A Misericórdia que Deus quer – Ney Brasil Pereira

N. 106 Eclesialidade, Novas Comunidades e Concílio Vaticano II: As Novas Comunidades como uma forma de autorrealização da Igreja – Rejane Maria Dias de Castro Bins

N. 107 O Vaticano II e a inserção de categorias históricas na teologia – Antonio Manzatto

N. 108 Morte como descanso eterno – Luís Inácio João Stadelmann

N. 109 Cuidado da Criação e Justiça Ecológica-Climática. Uma perspectiva teológica e ecumênica – Guillermo Kerber

N. 110 A Encíclica Laudato Si' e os animais – Gilmar Zampieri

N. 111 O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de Dignitatis Humanae e Amoris Laetitia – Andrea Grillo

N. 112 O ensino social da Igreja segundo o Papa Francisco – Christoph Theobald

N. 113 Lutero, Justiça Social e Poder Político: Aproximações teológicas a partir de alguns de seus escritos – Roberto E. Zwetsch

N. 114 Laudato Si', o pensamento de Morin e a complexidade da realidade – Giuseppe Fumarco

N. 115 A condição paradoxal do perdão e da misericórdia. Desdobramentos éticos e implicações políticas – Castor Bartolomé Ruiz

N. 116 A Igreja em um contexto de “Reforma digital”: rumo a um *sensus fidelium digitalis*? Moisés Sbardelotto

N. 117 Laudato Si' e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma convergência? – Gaël Giraud e Philippe Orlange

N. 118 Misericórdia, Compaixão e Amor: O rosto de Deus no Evangelho de Lucas – Ildo Perondi e Fabrizio Zandonadi Catenassi

N. 119 A constituição da Dignidade Humana: aportes para uma discussão pós-metafísica – Thyeles Moratti Precilio Borcarte Strelhow

N. 120 Renovação do espaço público: pentecostalismo e missão em perspectiva política – Amos Yong

N. 121 Viver as Bem-aventuranças numa Igreja em saída – Tea Frigerio

N. 122 Ser e Agir, o Reino e a Glória: a Oikonomia Trinitária e a bipolaridade da máquina governamental – Colby Dickinson

N. 123 A sensibilidade religiosa de Thoreau – Edward F. Mooney

N. 124 Diáconas na Igreja Maronita – Phyllis Zagano

N. 125 Comportamentos normatizados e a noção de profanação: uma reflexão em Giorgio Agamben – Claudio de Oliveira Ribeiro

N. 126 Teologalidade das resistências e lutas populares – Francisco de Aquino Júnior

N. 127 A glória como arcano central do poder e os vínculos entre oikonomia, governo e gestão – Colby Dickinson

N. 128 O Princípio Pluralista – Claudio de Oliveira Ribeiro

N. 129 Deus e o Diabo na política: compaixão e vocação profética – Ivone Gebara

N. 130 Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben – Joel Decothé Junior

N. 131 A Heterodoxia do Pseudo-Dionísio: hierarquia e burocracia na Teologia Medieval – Gerson Leite de Moraes e Daniel Nagao Menezes

N. 132 O pensamento de Jorge Mario Bergoglio. Os desafios da Igreja no mundo contemporâneos – Massimo Borghesi

N. 133 Os documentos eclesiais pós-sinodais “Familiaris Consortio” de Wojtyła e “Amoris Laetitia” de Bergoglio como respostas aos desafios da pastoral matrimonial – José Roque Junges

N. 134 A universalidade e o (não) lugar político da Igreja no mundo de hoje. A eclesiologia da globalização de Francisco – Massimo Faggioli

N. 135 A ética social do Papa Francisco: O Evangelho da misericórdia segundo o espírito de discernimento – Juan Carlos Scannone S.I.

N. 136 Amoris Laetitia: aspectos antropológicos e metodológicos e suas implicações para a teologia moral – Todd A. Salzman e Michael G. Lawler

N. 137 A Teologia da Missão à luz da Exortação Apostólica Evangelii gaudium – Paulo Suess

N. 138 O pontificado de Francisco e o laicato na missão da Igreja hoje. Avanços e impasses da “parrésia eclesial” – Andrea Grillo

N. 139 A Opção de Francisco: como evangelizar um mundo em mudança? – Austen Ivereigh

N. 140 A liturgia, 50 anos depois do Concílio Vaticano II: marcos, desafios, perspectivas – Andrea Grillo

N. 141 Franciscus non cantat: Um discurso, alguns percursos e ressonâncias acerca da música litúrgica pós-conciliar – Márcio Antônio de Almeida

N. 142 Para além do limiar do Templo: apontamentos éticos para uma pastoral em modo on-line – Thiago Isaías Nóbrega de Lucena e José Joanees Souza Oliveira

N. 143 A Conversão de Agostinho de Hipona, interpretada em reflexões sobre a expressão *Intellige Ut Credas* – Orlando Polidoro Junior

